

Instituto de  
Estudos para  
Políticas de Saúde

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Associados e Administradores do  
**Instituto de Estudos para Políticas de Saúde**  
Rio de Janeiro - RJ

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde ("IEPS" ou "Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do Instituto em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 2020.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

A handwritten signature in blue ink that reads 'Thiago de Barros Albuquerque'.

Thiago de Barros Albuquerque  
Contador CRC-RJ-115847/O-1

# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Balço Patrimonial em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Nota	2019	PASSIVO	Nota	2019
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.898	Contas a pagar	9	2.450.000
Títulos e valores mobiliários	5	38.454	Obrigações tributárias	10	104
Créditos a receber	6	232	Obrigações trabalhistas e sociais	11	50.813
		<u>53.584</u>			<u>2.500.916</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Doações a receber		-	Patrimônio Social		-
Recursos de projetos e parcerias		-	Superávit/(déficit) do Exercício		(1.950.379)
Imobilizado	7	477.208			<u>(1.950.379)</u>
Intangível	8	19.745			
		<u>496.954</u>			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>550.537</b></u>	<b>TOTAL DO PASSIVO + PL</b>		<u><b>550.537</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2019
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>-</b>
<b>Com restrições</b>		<b>-</b>
Programas de Assistência Social		-
<b>Sem restrições</b>		<b>-</b>
Contribuições e Doações Voluntárias		-
Outras Receitas		-
<b>CUSTO DAS ATIVIDADES SOCIAIS</b>		<b>(187.500)</b>
Atividades Programáticas	13	(187.500)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>(187.500)</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>		<b>(1.762.879)</b>
Despesas com pessoal	14	(812.684)
Serviços prestados	16	(568.938)
Viagens e estadias	17	(21.774)
Despesas gerais e administrativas	15	(289.312)
Depreciação e Amortização	7/8	(75.008)
Resultado Financeiro Líquido	18	4.837
<b>DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>		<b>(1.950.379)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# **Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS**

CNPJ N° 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## **Demonstração do resultado abrangente**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

*(Valores expressos em Reais)*

	<b>2019</b>
(Déficit) do exercício	(1.950.379)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
<b>Resultados abrangentes do exercício</b>	<b><u><u>(1.950.379)</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ N° 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Incorporação do Superávit / (Déficit)	-	-	-
Superávit do exercício de 2019	-	(1.950.379)	(1.950.379)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>(1.950.379)</b>	<b>(1.950.379)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto de Estudos para Políticas de Saúde - IEPS

CNPJ Nº 32.121.994/0001-90 (Sede Rio de Janeiro) e 32.121.994/0002-71 (Filial São Paulo)

## Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em Reais)

	<b>2019</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	
Superávit (Déficit) do exercício	(1.950.379)
<b>Ajustes para reconciliar o superávit ao fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>	
Depreciação/Amortização	75.008
<b>Superávit do Exercício Ajustado</b>	<b>(1.875.371)</b>
<b>(Aumento) Diminuição dos Ativos</b>	
Créditos a receber	(232)
Aumento em Títulos e valores mobiliários	(38.454)
	<b>(38.686)</b>
<b>Aumento (Diminuição) dos Passivos</b>	
Obrigações Trabalhistas, Fiscais e Sociais	50.916
Contas a Pagar	2.450.000
	<b>2.500.916</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>586.860</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	
Aquisição de bens (imobilizado e intangível)	(571.962)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(571.962)</b>
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>14.898</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalente de caixa</b>	-
<b>Saldo final de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>14.898</b>
<b>Aumento de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>14.898</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em Reais)*

### **1 Contexto social**

O Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (“IEPS” ou “Instituto”), constituído em 10 de outubro de 2018 sob a razão social de Instituto de Estudos da Saúde, recebeu em 16 de janeiro de 2019 um primeiro adiantamento de recursos, para financiamento de suas operações, e teve sua razão social alterada em 1º de julho de 2019, mediante aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de seus Associados Fundadores.

O Instituto é uma associação civil sem fins lucrativos, independente e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo, que tem por objeto social a análise do setor de saúde no Brasil, e suas componentes, com vistas a contribuir para o aprimoramento das políticas públicas relevantes para a área.

O Instituto defende a ideia de que toda a população brasileira deva ter acesso à saúde de qualidade e que o uso de recursos e a regulação do sistema de saúde sejam os mais efetivos possíveis. E que o acesso à saúde respeite o princípio da equidade, tendo o Estado Brasileiro um papel relevante, de natureza distributiva, neste processo.

Inicialmente, o IEPS terá quatro eixos de atuação:

1. Produção de pesquisa científica
2. Formulação de propostas de políticas públicas
3. Fortalecimento da gestão pública
4. Promoção de uma cultura de saúde

O Instituto também se propõe a ser um espaço de encontro e articulação que facilite e estimule o diálogo franco sobre todos os assuntos que tem a ver com o sistema de saúde, a pesquisa rigorosa e a coerência na formulação de políticas públicas de saúde.

O Instituto tem o prazo de duração indeterminado e sua dissolução só poderá ser efetuada por meio de decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Em caso de sua dissolução social, os bens remanescentes serão destinados a outra entidade ou a outras entidades sem fins lucrativos e econômicos, preferencialmente com a mesma finalidade, nos termos da legislação aplicável.

Para administração de suas atividades, o Instituto possui a seguinte estrutura:

- a. Assembleia Geral, seu órgão soberano, é a reunião dos Associados, realizada com a finalidade de deliberar sobre matérias de interesse do IEPS.

- b.** Diretoria, órgão responsável pela direção e representação do IEPS. Constituída por 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Pesquisa e 1 (um) Diretor Administrativo-Financeiro. O mandato da Diretoria é de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- c.** Conselho Consultivo, órgão de aconselhamento da Assembleia Geral e da Diretoria. Composto por no mínimo 3 (três) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.
- d.** Conselho Fiscal, órgão colegiado, constituído por 2 (dois) membros, com mandato de 3 (três) anos, permitidas reeleições.

## **2 Base para preparação**

### **(i) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a pequenas e médias empresas (Resolução CFC N.º 1.255/09, a NBC TG (R1) 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, que aprovou o pronunciamento técnico PME do Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC) e em conformidade com a Resolução CFC N.º 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros que foi alterada e consolidada em 21 de agosto de 2015 como ITG 2002 (R1).

A Administração do Instituto autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 17 de junho de 2020.

### **(ii) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras do Instituto foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos designados a valor justo por meio do resultado, os quais foram mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

### **(iii) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras do Instituto são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma.

### **(iv) Uso de estimativas e julgamentos**

Os itens das demonstrações financeiras onde a prática de julgamento pela Administração para determinação do valor de tais itens pode ser considerada mais relevante referem-se à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e provisões para passivos trabalhistas.

## **3 Principais práticas contábeis**

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente na elaboração das demonstrações financeiras.

### **a. Instrumentos financeiros**

#### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da sua negociação quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

*Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja identificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Instituto gerencia seus investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação desses ativos financeiros, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. São medidos pelo valor justo e as mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e Recebíveis*

São ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

*Caixa e equivalente de caixa*

Compreendem os montantes de caixa e aplicações financeiras disponíveis em contas bancárias de livre movimentação. Essas aplicações são classificadas na categoria “Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado”.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados e realiza a baixa de tal passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o seu valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, exista o direito legal de compensar os valores e o Instituto tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Instituto tem o seguinte passivo financeiro não derivativo: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas**

As doações e contribuições recebidas para custeio operacional são contabilizadas em contas de receita. O reconhecimento das despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

**c. Instrumentos financeiros derivativos**

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o período encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo operações de *hedge*.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessárias. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição de um ativo.

Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Ganhos e perdas na baixa ou na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

**(ii) Depreciação**

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	42 meses

**e. Intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com vida útil estimada de 5 anos.

**f. Redução ao valor recuperável**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. O Instituto não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

**g. Passivos circulantes e não circulantes**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

**h. Patrimônio social**

Representa o patrimônio inicial do Instituto, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados mensalmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais do Instituto.

**i. Obrigações, imunidades e isenções tributárias**

O Instituto, por sua finalidade e objetivos e por atender aos requisitos da legislação em vigor (Artigo 15 da Lei nº 9532/97 e artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR), usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras que, de acordo com a norma tributária, são retidos na Fonte.

**j. Apuração do superávit ou déficit**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

Em 31 de dezembro de 2019, as operações de caixa e equivalentes de caixa, estão compostas como se segue:

Descrição	2019
Caixa e bancos	14.898
	<u>14.898</u>

As aplicações financeiras tem alta liquidez diária e, portanto, prontamente conversíveis em caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**5 Títulos e valores mobiliários**

O Instituto possui investimentos financeiros que referem substancialmente a aplicações em Fundo de Renda Fixa, discriminadas a seguir:

Descrição	2019
Aplicações financeiras - Fundo de Renda Fixa	38.454
	<u>38.454</u>

**6 Créditos**

O Instituto possui créditos que estão discriminadas a seguir:

Descrição	2019
Adiantamento a Fornecedores	232
	<u>232</u>

## 7 Imobilizado

Descrição	Taxas Anuais Depreciação	Custo	Depreciação/ Amortização	Valor líquido 31/12/2019
Equipamentos de Informática	20%	123.124	(9.429)	113.695
Móveis e Utensílios	10%	193.631	(17.703)	175.928
Máquinas e Equipamentos	20%	30.634	(2.302)	28.331
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		202.688	(43.433)	159.255
<b>Total Imobilizado</b>		<b>550.076</b>	<b>(72.868)</b>	<b>477.208</b>

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo de vigência de 42 meses do contrato de locação do imóvel.

O Instituto não identificou indícios de desvalorização do valor recuperável de seu ativo imobilizado, conforme previsto no CPC PME.

## 8 Intangível

Descrição	Taxas Anuais Amortização	Aquisições	Amortização	Valor líquido 31/12/2019
Intangível - Software	20%	21.885	(2.140)	19.745
<b>Total intangível</b>		<b>21.885</b>	<b>(2.140)</b>	<b>19.745</b>

## 9 Contas a pagar

Para viabilizar o início das atividades da instituição, um dos três Associados Fundadores do Instituto concedeu adiantamentos, ao longo do exercício de 2019, que totalizaram R\$ 2.450.000,00. O acordo, entre esse Associado Fundador e a Administração do Instituto, para baixa do montante adiantado, a ser reconhecido como receita operacional na demonstração de resultado, está previsto para ocorrer durante o exercício de 2020 assim que a SEFAZ RJ (Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro) deferir o pedido de reconhecimento de isenção tributária da primeira doação oficial a ser realizada (ver último parágrafo deste Relatório para mais informações sobre esta questão).

## 10 Obrigações tributárias

Descrição	2019
ISS retido de terceiros	(41)
INSS retido de terceiros	(63)
	<b>(104)</b>



## 11 Obrigações trabalhistas e sociais a recolher

Descrição	2019
Provisão de férias	(50.813)
	<u>(50.813)</u>

## 12 Patrimônio social

O patrimônio social é representado por fundos originados dos resultados anuais e das doações de bens e recursos recebidos, a serem utilizados na consecução dos objetivos sociais do Instituto.

Na hipótese de o Instituto perder a atribuição conferida pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, o acervo patrimonial do Instituto deverá ser transferido para outra(s) pessoa(s) jurídica(s) qualificada(s).

O Estatuto Social do Instituto veda a distribuição de quaisquer parcelas do patrimônio social ou do superávit apurado, devendo ser aplicados unicamente na operação do Instituto.

## 13 Atividades programáticas

O Instituto apoiou o projeto discriminado a seguir:

Descrição	2019
Programas de Bolsas - FGV	(187.500)
	<u>(187.500)</u>

O Instituto fez doação à Fundação Getúlio Vargas para subsidiar bolsas de pesquisa para alunos de Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado da linha de pesquisa PESP – Política e Economia do Setor Público, por intermédio de sua Escola de Administração de Empresas de São Paulo – FGV EAESP.

## 14 Despesas com Pessoal

Descrição	2019
Remunerações	(573.908)
Encargos Sociais	
INSS	(141.706)
FGTS	(32.152)
PIS	(4.019)
Benefícios	(60.899)
	<u>(812.684)</u>

## 15 Despesas gerais e administrativas

Descrição	2019
<b>Infraestrutura</b>	
Aluguel e Condomínio	(210.103)
Telefone	(5.450)
Energia Elétrica	(4.547)
Conservação e Manutenção do Imóvel	(4.474)
Conservação e Manutenção de Equipamentos	(20.432)
Bens de Natureza Permanente	(2.319)
Locações	(350)
Internet	(10.680)
Site	(1.651)
<b>Administrativas</b>	
Material de Informática e Escritório	(11.110)
Material de Limpeza e Copa	(3.120)
Lanches e Refeições	(3.873)
Legais, Judiciais e Cartório	(8.012)
Correio e Telégrafos	(207)
Seguros	(319)
Serviços de entregas e fretes	(1.001)
Livros, Jornais e Revistas	(85)
Transporte, Estacionamento e Pedágio	(1.464)
Anuidades	(113)
	<u>(289.312)</u>

## 16 Serviços prestados por terceiros

Descrição	2019
Serviços prestados PF	(4.000)
Estagiários	(868)
Serviços Prestados PJ	(499.033)
Assessoria contábil	(50.600)
Serviços de Informática	(8.569)
Serviços de Limpeza	(5.868)
	<u>(568.938)</u>

## 17 Viagens e estadias

Descrição	2019
Passagens aéreas	(20.907)
Transportes terrestres	(180)
Diárias	(687)
	<u>(21.774)</u>

## 18 Resultado financeiro líquido

Descrição	2019
<b>Receita Financeira</b>	
Receita financeira	6.670
	<u>6.670</u>
<b>Despesas Financeiras</b>	
Imposto de Renda sobre Aplicação Financeira	(952)
Tarifas Bancárias	(30)
Multas e Juros Moratórios	(241)
Despesas com IOF	(610)
	<u>(1.833)</u>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<u><u>4.837</u></u>

## 19 Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

### Estimativa do valor justo

A Administração do Instituto procede a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo. A consistência desse valor justo é revisada pela Administração.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. Durante este exercício o Instituto não realizou operações com derivativos.

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2019, o Instituto está sujeito a risco de crédito e risco de liquidez.

### (i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Instituto incorrer em perdas financeiras caso um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais. Os valores de caixa e equivalentes de caixa em instituição financeira apresentados na tabela abaixo representam a máxima exposição de crédito sobre esses ativos:

Descrição	2019
Caixa e Bancos	14.898
Títulos e valores mobiliários	38.454
	<u>53.352</u>

**(ii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

**(iii) Hierarquia do valor justo**

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros do Instituto está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

## **20 Partes Relacionadas**

São partes relacionadas do Instituto: os Associados Fundadores, os Diretores, os membros do Conselho Consultivo e os membros do Conselho Fiscal.

- **Associados Fundadores:** O Instituto assinou contrato de aluguel do escritório do Rio de Janeiro com a Gávea Investimentos, que tem entre seus sócios um dos Associados Fundadores do Instituto, o Sr Arminio Fraga Neto,. O valor contratual do aluguel é compatível com valores praticados no mercado para imóveis similares.
- **Membros da Diretoria:** Há previsão no Estatuto Social do Instituto de remuneração dos membros da Diretoria por sua atuação e pela prestação de serviços específicos.
- **Membros do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal:** Conforme determina o Estatuto Social do Instituto, os membros dos conselhos consultivo e fiscal não são remunerados. Assim sendo, o Instituto não concede nenhum tipo de remuneração, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

## **21 Provisão para contingências**

Em 31 de dezembro de 2019 não existiam reclamações trabalhistas contra o Instituto classificadas como perda provável e/ou possível que requeresse provisão para contingências.

## **22 Eventos subsequentes**

Após 31 de dezembro de 2019 até 17 de junho de 2020, data de autorização de sua emissão, não ocorreram eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis e não há indícios que as atividades e as operações do Instituto sejam comprometidas.

- **COVID-19:** No final de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou informações sobre alguns casos de uma doença infecciosa na China, oficialmente conhecida como COVID-19, provocada por um novo vírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave de grande poder de contágio e que rapidamente se alastrou por outros países, o que levou a OMS a declarar, em 11 de março de 2020, estado de pandemia global. Os efeitos econômicos sobre a economia mundial são inevitáveis, devendo provocar uma desaceleração econômica. O Brasil já sofre com os impactos dessa crise com uma alta volatilidade nos preços dos ativos e no câmbio.

O Instituto está seguindo a orientação de isolamento social definida pelo Ministério da Saúde e também pelos Governos estaduais (Rio de Janeiro e São Paulo) e municipais (Rio de Janeiro e São Paulo), onde se localizam seus escritórios. O trabalho presencial foi suspenso, afetando todos os funcionários, sem exceção, e adotado o regime de trabalho remoto (home office). Até a data de emissão deste Relatório, a Administração do Instituto relata satisfação com a produtividade de seus funcionários em regime de trabalho remoto e continua a acompanhar de perto a evolução do quadro sanitário, realizando reuniões de equipe, com regularidade, para adequar projetos existentes e seu planejamento operacional. Não há, por parte da Administração, expectativa de descontinuidade operacional ou impacto financeiro-contábil negativo ao longo de 2020 em vista das consequências da COVID-19. Também não há expectativa de problemas no financiamento das atividades do Instituto, tendo a Administração obtido do seu apoiador único, um dos três Associados Fundadores do Instituto, registrada em mensagem eletrônica com cópia para representantes da KPMG, a renovação de seu compromisso de aportar R\$ 20,000,000 no Instituto durante o período 2019-2023.

Em 17 de maio de 2020, a SEFAZ-RJ (Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro) deferiu a isenção tributária para a declaração de doação nº 2019-042641-00-6-00 no valor total de R\$5.700.000. Desta forma, o Instituto procederá com a baixa do saldo contabilizado na rubrica Contas a Pagar para a conta de Receita Operacional na demonstração de resultado do exercício de 2020.

\* \* \*

Rodrigo Maciel de Sá Fiães  
Diretor Administrativo-Financeiro

Angelita Gonçalves Rangel  
Contadora CRC/RJ 062.161-4